



ETHOS E REVOLUÇÃO: LEGITIMAÇÃO RETÓRICA NOS JORNAIS ALTERNATIVOS

Rafael Duarte Oliveira Venancio¹

RESUMO: Dentro da ideia habermasiana da presença de uma esfera pública plebeia, que seria reprimida pelo processo histórico e descurada pela sua variante burguesa, o presente artigo propõe uma análise histórico-discursiva de exemplares arquivados das instituições midiáticas relacionadas a tal categoria – a saber o jornal cartista inglês *The Northern Star*, os jornais anarquistas brasileiros (*A Guerra Social*, *A Lanterna*, *A Luta* e *A Plebe*) e a ideia zapatista de *tactical media* – para identificar onde o discurso revolucionário de tais práticas midiáticas alternativas se calca. Utilizando o arcabouço teórico provido pela Análise do Discurso, delinea-se a presença de um *ethos* revolucionário legitimado através da conclamação de uma *práxis* de revolta contra a ordem.

PALAVRAS-CHAVE: *Discurso; Retórica; Jornalismo Alternativo; Revolução; Legitimidade*

¹ Mestrando em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA-USP) e graduado em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela mesma instituição. Bolsista de Mestrado do CNPq. É membro do Grupo de Estudos de Linguagem: Práticas Midiáticas e do grupo de pesquisa ALTERJOR – Jornalismo Popular e Alternativo, ambos do Departamento de Jornalismo e Editoração da ECA-USP (CJE-ECA-USP).

Em uma primeira leitura, a ideia de uma esfera pública plebeia é uma mera figurante dentro de *Mudança Estrutural da Esfera Pública*, livro originado da tese de “livre-docência” (*privatdozent*) de Jürgen Habermas. O termo é citado nominalmente apenas uma única vez, mais precisamente no desenvolvimento do prefácio.

No entanto, sua presença se constitui como um Outro ao principal objeto de estudo, sendo o único ponto de relativização entre o modo de vida burguesa-liberal e a delimitação das crescentes demandas não-burguesas (i.e. proletárias) às portas da Revolução Francesa e além (WIGGERSHAUS, 2006, p. 593). Só que o próprio Wiggershaus acredita que essa é uma leitura *a posteriori* já que o próprio Habermas omite qualquer menção extra à categoria.

Tal como uma “hesitação em fazer às claras uma teoria da dependência do sistema democrático para com as constelações de partilha do poder social” (WIGGERSHAUS, 2006, p. 593), Habermas demonstra uma justificativa lógica para a desconsideração da esfera pública plebeia enquanto objeto de estudo.

Na referida citação do prefácio, ele declara que a esfera pública plebeia dura efemeramente durante o período robespierriano, tendo como principal ganho o fato de que seu sujeito é a “‘plebe ignara’. Não obstante, essa esfera pública plebeia – que continua vivendo tão subterraneamente no movimento cartista quanto, sobretudo, nas tradições anarquistas do movimento operário do continente europeu – continua se orientando pelas intenções da esfera pública burguesa” (HABERMAS, 1984, p. 10).

Além disso, para essa linha de raciocínio, a distinção de público-alvo não é suficiente pois “a coincidência de certas formas de manifestação plebiscitária não engana quanto ao fato de ambas, em nosso contexto, serem apenas variantes, aqui igualmente não consideradas, da esfera pública burguesa e que, em seus diversos estágios de desenvolvimento social, também desempenharam funções políticas diferentes” (HABERMAS, 1984, p.11).

Assim, dessa forma, a esfera pública plebeia funcionaria também como ecoadora de uma opinião pública como falsa consciência, escondendo “de si mesma o seu verdadeiro caráter de máscara do interesse de classe burguês” (HABERMAS, 1984, p. 149). A consequência disso seria que a representação (e a auto-representação) dos não-burgueses como “usurpadores que tornavam impossível a continuação do raciocínio

para descobrir o razoável e o verdadeiro”, função destinada apenas à “uma elite experimentada e consciente de suas responsabilidades” públicas (WIGGERSHAUS, 2006, p. 593).

Essa conclusão é análoga àquela presente no trabalho anterior de Habermas, *Student und Politik*, ou seja, do surgimento de cidadãos apolíticos ou de posturas apolíticas numa sociedade, em si, política (HABERMAS *et alli*, 1961, p. 24). É nessa linha que poderia se afirmar que os problemas políticos se transformaram em problemas técnicos.

Ora, no entanto, não podemos esquecer os três séculos que são perpassados pelas práticas midiáticas, mais especificamente jornalísticas, da esfera pública plebeia. E, muito além da mera presença dessas, também não podemos esquecer que esses jornais possuíam intenções revolucionárias e um clamor pela mudança da ordem, configurando assim um discurso de si mesmo que não referendava a política enquanto técnica social.

No século XIX, encontramos os cartistas, citados por Habermas, e outros grupos que, através de uma imprensa popular, lutavam pela democratização – e até mesmo socialização – dos regimes monárquicos. Tanto que, tal como dissemos anteriormente, foram esses jornais que proveram as palavras de ordem para o período mais revolucionário desse século: as Revoluções de 1848, também conhecidas como “Primavera das Nações”.

Por sua vez, o século XX demonstra uma continuação de jornais operários, normalmente dicotomizados em anarquistas ou comunistas. É aqui que podemos perceber a consolidação de uma esfera pública plebeia no Brasil com os jornais e panfletos operários – na sua maioria anarquistas – que são cruciais na organização das Greves Gerais.

Além disso, na segunda metade desse século, com o surgimento do grupo social (a luta pelo reconhecimento) em detrimento da classe social (a luta pela redistribuição), há uma pluralização de jornais populares que se alinham à causa de um grupo mais segmentado de indivíduos².

² Sobre a queda do trabalho como categoria sociológica chave, recomendamos a leitura de Claus Offe (1989). Para saber mais sobre a dicotomia redistribuição-reconhecimento, temática dos herdeiros atuais da Escola de Frankfurt, ver o trabalho conjunto de Nancy Fraser e Axel Honneth (2003).

O século XXI, por sua vez, já inicia com um uso das novas mídias (i.e. Internet), pela esfera pública plebeia, fomentado e teorizado principalmente pelo mexicano Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) com sua idéia de *tactical media*, base de luta e de publicização do movimento desde o começo da criação de sua atual fase em 1994, ou seja, no fim do século XX.

Assim, no presente artigo, damos um breve relato dos estudos sobre os jornais populares da esfera pública plebeia que o presente pesquisador desenvolve no ALTERJOR, Grupo de Pesquisa em Jornalismo Popular e Alternativo do Departamento de Jornalismo e Editoração da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo³. A intenção geral do projeto é demonstrar o caminho histórico-discursivo da querela popular-hegemônica, focando em jornais que dizem veicular um discurso revolucionário da ordem existente.

Para a investigação, via arcabouço da Análise do Discurso, utilizamos, além da bibliografia específica sobre tais jornais, a leitura dos exemplares arquivados. No presente trabalho, que se caracteriza como um breve relato de um projeto de pesquisa maior, escolhemos três tipos temporais de imprensa.

Para representar o século XIX, escolhemos a análise do jornal cartista *The Northern Star*, da cidade inglesa de Leeds, que circulou de 1837 a 1852. Todos os exemplares em fac-símile (exceto os números 1, 2, 4, 6 e 7, publicados em 1837) podem ser encontrados *online* no site-arquivo *Nineteenth-Century Series Edition* (NCSE) mantido pelo Birbeck College da University of London, pelo King's College London, pela British Library (sede do arquivo dos exemplares originais) e pela Olive Software (NCSE, 2008). Foi através do NCSE que consultamos os exemplares aqui citados.

Já para representar o século XX, escolhemos a análise de jornais anarquistas brasileiros, a saber: *A Guerra Social*, da cidade do Rio de Janeiro (1911-1912, dos números 1 a 32), *A Lanterna*, da cidade de São Paulo (1911-1916, 1934-1936; exemplares não contínuos), *A Luta*, de Porto Alegre (1908-1909, 1911, 1918; exemplares não contínuos) e *A Plebe*, da cidade de São Paulo (Fase 1: 1917-1922; Fase

³ O pesquisador realiza também, em seu projeto de Mestrado, uma abordagem dos jornais populares sob o signo de uma massificação produzida através de geração de sentidos discursivos. No entanto, como os jornais populares são jornais de propriedade de grupos hegemônicos de mídia destinados às classes populares, não os consideraremos dentro do escopo do presente artigo, destinado aos jornais da esfera pública plebeia, ou seja, populares.

3: 1947-1949; exemplares não contínuos). Esses exemplares consultados estão arquivados na Biblioteca Social Fábio Luz, no Rio de Janeiro, e transformados em CD pela Cooperativa da Faísca.

A *tactical media* zapatista será o representante do século XXI. Assim, o estudo se concentrará nos arquivos mantidos pelos sites do EZLN – tais como o seu site oficial e o site *Enlace Zapatista* – e por sites simpáticos e retransmissores da causa tal como a cobertura de Chiapas na *Indymedia* e em *La Jornada*, além do site *Struggle*.

Nas páginas a seguir, trataremos individualmente de cada exemplo escolhido. Nosso olhar se focará no questionamento acerca da autolegitimação de um discurso abertamente revolucionário dentro de uma esfera pública plebeia que estaria, tal como Habermas indica, “se orientando pelas intenções da esfera pública burguesa” (HABERMAS, 1984, p. 10).

Para isso, analisaremos, principalmente, nos textos jornalísticos que há autorreferenciação do jornal como, por exemplo, os editoriais. No tipo de imprensa aqui estudada, os editoriais normalmente apareciam logo na primeira página, na parte superior esquerda da mancha gráfica.

Acreditamos que a análise desse gênero nos proporcionará encontrar onde se enraíza o discurso revolucionário dessa imprensa. É quando o jornal conta uma “história sobre jornais que jornais contam para si mesmos”, no sentido geertziano do conceito (GEERTZ, 1978, p. 316), que percebemos como a linha editorial do jornal pensa de si enquanto veículo e de seu público-leitor para operar a sua legitimação discursiva no viés revolucionário.

***The Northern Star* e a competência cartista**

Em uma leitura rasa, classificaríamos o jornal inglês *The Northern Star*, criado em 1837, como um jornal popular e partidário, devido sua direta ligação com o movimento cartista, que é, talvez, o primeiro movimento moderno de massa. No entanto, a historiografia e a análise dos exemplares nos indicam que afirmação não é totalmente verdadeira. Isso se deve ao fato de que, em termos de formato e de preço, não se diferenciava de nenhum de seus concorrentes em Leeds, todos ligados a correntes

políticas rivais – a saber: o radical-liberal *Leeds Times*, o whig *Leeds Mercury* e o tory *Leeds Intelligencer*.

Mesmo assim, com onze edições, o *Star* poderia confirmar que ele ultrapassou, em vendas semanais, o *Intelligencer* por quase 6 mil cópias e faltavam apenas 187 cópias semanais do *Mercury*, jornal que afirmava que tinha a maior circulação semanal de qualquer jornal regional no país. Quando a média semanal de 18 meses, até 31 de março de 1838, foi calculada através do número de selos fiscais comprados, calculou-se que o *Intelligencer* tinha uma média de 3,333 cópias; o *Times* de 2666; o *Northern Star* 9822; e o *Mercury* 9002. Depois deles, o jornal com a maior média semanal era o *Doncaster Gazette* com 2000 e o jornal com a maior vendagem seminal fora de Londres era o *Stamford and Lincoln Mercury* com 7683 (MUSSELL, 2008, p.1 – tradução minha).

No entanto, em conteúdo, o *The Northern Star* não era tão idêntico assim quanto os seus concorrentes e adversários políticos. Esse jornal inglês opera uma mudança no jornalismo direcionado para as classes populares semelhante àquela que estava sendo realizada concomitantemente nos Estados Unidos pelos *penny papers*.

Dessa forma, mesmo a década de 1840 tendo sido o auge do movimento cartista, o *The Northern Star* conseguiu capturar “um novo tipo de leitor e um novo tipo de imprensa” (JONES, 2005, p. 19 – tradução minha). Essa fórmula consistia em publicar as tradicionais notícias e artigos de temática política e combiná-las com notícias locais e com artigos de interesse geral.

As notícias tendem a se focar no aspecto sensacionalista dos crimes garimpados dos tribunais, dos incêndios e de outros eventos noticiáveis. Esse noticiário era misturado (e, muitas vezes, servia para ocupar espaço no final das colunas) com as notícias de encontros e outras atividades políticas enviadas, normalmente, pelos secretários das associações locais (MUSSELL, 2008).

Dessa forma, o *The Northern Star* fazia jus ao seu nome completo: *The Northern Star and Leeds General Advertiser*. A primeira parcela do nome era uma homenagem ao jornal *Northern Star*, publicado pela Sociedade dos Irlandeses Unidos – que lutava pela independência da Irlanda – de 1792 a 1797. Já a segunda mostrava que o jornal abrangia todos os fatos – inclusive os anúncios pagos – de Leeds, mesmo caráter buscado pelos *penny papers* norte-americanos.

É essa dualidade da imprensa cartista que leva Habermas a pensar que a esfera pública plebeia se orientava pelas intenções da esfera pública burguesa. Apesar de se

colocar como alternativa aos jornais hegemônicos, o *The Northern Star* pouco inovava – continuava a publicar as notícias políticas da mesma forma tradicional – e com uma cobertura sensacionalista do crime ampliava uma invasão do âmbito técnico no político.

No entanto, a perspectiva habermasiana nos coloca em uma posição delicada pois, servindo ou não às “intenções” burguesas, o *The Northern Star* se via e era legitimado pelos seus leitores como um jornal de revolução da ordem instituída, um órgão de luta dos trabalhadores ingleses contra a exploração dos patrões.

Então, entramos aqui ao que Barthes afirmava ser a referência “ao que o público crê que os outros têm em mente”, ou seja, o *ethos* (BARTHES, 1970, p. 211). O *ethos* é uma das três categorias – as outras sendo o *logos* e o *pathos* – que a Aristóteles utilizou para dividir os meios discursivos para influenciar um público-alvo. “Entretando se o *pathos* é voltado para o auditório, o *ethos* é voltado para o orador. Enquanto *tekhne*, ele é o que permite ao orador parecer ‘digno de fé’, mostrar-se fidedigno” (CHARAUDEAU, 2006, p. 113).

Assim, o *The Northern Star* precisa demonstrar ao seu leitor que é digno de representá-lo na luta revolucionária. Um exemplo bem adequado ao curto caráter do presente artigo pode ser encontrado no editorial “A Questão Fabril”⁴ – publicado no *The Northern Star* número 3, de 02 de dezembro de 1837⁵ – onde podemos ler:

Nós acreditamos que poucos homens em Yorkshire foram mais presentes na discussão da Questão Fabril que o Sr. Hobson, nosso valioso *publisher* e nós pedimos ao *Mercury* para nós mostrar um único ato ou palavra, seja do Sr. Hobson ou de nós mesmos, ou de qualquer outro amigo reconhecido da “Causa das Dez Horas” que possa ser considerado como um aprovação seja do “ato existente” ou da “Comissão Real”. Não fomos nós que protestamos fortemente contra a “Comissão Real” como um cruel gasto de dinheiro público, como uma farsa tola de uma investigação daquilo que já é sabido e como um artifício errado para atrasar uma medida justa? Não fomos nós os primeiros a denunciar o “ato existente” como uma peça de malabarismo desonesta visando desmoralizar as pessoas da Legislação Fabril e por fim à luta das crianças indefesas contra os vilões opressores com coração de pedra? Não fomos nós que sempre a denunciemos como uma medida fraudulenta que nunca iria funcionar na visão de qualquer partido? Não fomos nós os primeiros a declarar que os primeiros a propor esse ato seriam os primeiros a negá-lo? (THE NORTHERN STAR, 1837, p.1 – tradução minha).

⁴ A Questão Fabril foi um dos debates trabalhistas ocorridos na Inglaterra, em 1837, sobre, principalmente, a legislação acerca da permissão ou não do trabalho infantil e da carga horária trabalhada.

⁵ O exemplar mais antigo do *The Northern Star* arquivado no Nineteenth-Century Series Edition (NCSE).

Verificamos aqui um conjunto de *ethé* de credibilidades. Ora, “a exemplo da legitimidade, a credibilidade não é uma qualidade ligada à identidade social do sujeito. Ela é, ao contrário, o resultado da construção de uma identidade discursiva pelo sujeito falante, realizada de tal modo que os outros sejam conduzidos a julgá-lo *digno de crédito*” (CHARAUDEAU, 2006, p. 119).

O *The Northern Star* utiliza esse meio discursivo, principalmente o que poderíamos chamar de um *ethos* de competência, já que ele teria antevisto os problemas que “Comissão Real” e o “ato existente” provocariam na defesa da Questão Fabril, além de indicar valorosos elogios ao seu *publisher* – e, logo, a si mesmo enquanto jornal – e desmerecendo retoricamente qualquer capacidade de resposta do whig *Leeds Mercury*.

O jornal se faz digno de crédito porque mostra a sua competente antecipação na defesa dos trabalhadores na Questão Fabril. Isso pode ser visto em muito outros textos do *The Northern Star*, onde não só o jornal, mas também Josiah Hobson (o *publisher*), Feargus O’Connor (sócio de Hobson e principal líder cartista) e George Harvey (editor) eram retratados como vozes competentes dentro do movimento. No começo da década de 1840, o tradicional lugar do editorial no jornal – no topo da primeira coluna – passa a ser dedicado às cartas que O’Connor escrevia e que “tinha um estilo próprio para serem lidas em voz alta” (MUSSELL, 2008, p. 2 – tradução minha).

Isso atinge o seu auge entre 1843 e 1845 quando os cartistas começam o seu Plano Agrário. Ele consistia na montagem de uma grande cooperativa de compra de terras para direcionar os operários desempregados para um emprego no campo. Apesar do esquema não ter sido de grande sucesso, o *The Northern Star* não só se consolidava enquanto principal jornal revolucionário – chamando a atenção do jovem Friedrich Engels que logo trabalharia como correspondente no Continente – mas elevou as figuras de O’Connor e Harvey de tal maneira que eles conseguiram ser eleitos deputados no Parlamento em 1837, fato inédito entre os partidos considerados “de esquerda”⁶.

O fim do *The Northern Star*, em 1852, coincidiu também com o fim do cartismo e de Feargus O’Connor enquanto figura pública. Os motivos foram além daqueles

⁶ O’Connor foi o único que conseguiu tomar posse, tornando-se deputado por Nottingham. Harvey, por sua vez, foi submetido a um 2º turno em Tiverton – onde, pelas leis inglesas, só podiam votar um pequeno número de eleitores “qualificados” – e perdeu para o Lorde Palmerston, o Secretário dos Assuntos Exteriores. Mais informações sobre isso e sobre a fama revolucionária do *The Northern Star* podem ser encontrados nos textos de Engels para o jornal francês *La Réforme* (ENGELS 2008).

considerados financeiros: o próprio discurso cartista perdeu sua credibilidade com a emergência de outros (trade-unionistas, comunistas, anarquistas) e a briga dentro do jornal – O’Connor queria se aproximar do trade-unionismo, enquanto Harvey era um bom amigo de Engels e de outros membros da Liga Comunista – decretou o fim de uma das principais – e mais bem sucedidas – experiências dentro da esfera pública plebeia.

Jornais anarquistas brasileiros e a virtude

Diferente do *The Northern Star*, a história dos jornais anarquistas brasileiros do começo do século XX envolve muito mais do que construções discursivas. É uma história marcada pela luta contra violência estatal, onde o empastelamento era principal forma de censura.

O empastelamento do jornal – e não, por exemplo, apenas o corte de matérias específicas – era a melhor tática já que esses jornais “subversivos” se colocavam inteiramente em um projeto alternativo à imprensa e à ordem hegemônicas. Em uma época do jornalismo brasileiro marcado por amplo destaque às notícias internacionais, esse tipo alternativo de jornalismo apresentou aos seus leitores “detalhes sobre o cotidiano da Revolução Russa (1917), o genocídio dos armênios (1915), a Guerra Civil Espanhola (1936-1939), o recrudescimento do antissemitismo na Europa, o Holocausto (1933-1945), a partilha da Palestina (1947) etc.” (CARNEIRO & KOSSOY, 2003, p. 19).

Por sua vez, nas notícias locais, trabalhou-se com temas tabus como “as injustiças da justiça brasileira dedicada, em vários momentos, a calar a voz dos rebeldes (...), a podridão das prisões brasileiras, a inadimplência das autoridades policiais, a desobediência às leis trabalhistas, a expulsão de estrangeiros e a censura oficial” (CARNEIRO & KOSSOY, 2003, p. 19). No entanto, são jornais que faziam isso, tal como Habermas explicita, “no subterrâneo”, configurando uma imprensa com dificuldades de manter a periodicidade e lutando muito mais fisicamente do que discursivamente com as autoridades policiais.

A prisão por crime político – onde esse tipo de jornal configurava como uma das principais provas nos inventários dos acusados (CARNEIRO & KOSSOY, 2003, p.20) – já seria uma legitimação suficiente dentro de uma luta revolucionária por esses

jornais. No entanto, tal como verifica a pesquisa que esse presente artigo representa, os textos veiculados por esses jornais, além de serem representantes de discursos subversivos, se utilizam de meios discursivos de influência argumentativa para se legitimarem enquanto jornais alternativos à ordem hegemônica.

Por exemplo, o jornal carioca *A Guerra Social*, logo em seu primeiro número – de 29 de junho de 1911, cuja manchete principal era “A Revolução Social no México” – publica um editorial denominado “Surgindo para o Anarquismo”⁷. Nele, podemos encontrar mais um rol de *ethé* de credibilidades, principalmente os de virtude: “E, sendo o militarismo um defensor das fronteiras e, ao mesmo tempo, o sustentáculo da burguesia que se mantém à custa do sacrifício do povo, a *Guerra Social* não lhe dará tréguas, pregando incessantemente o antimilitarismo” (A GUERRA SOCIAL, 1911, p.1). Aqui, o jornal se coloca como incansável contra uma tirania viciosa.

Ora, o *ethos* de virtude é necessário, pois o jornal, enquanto representante de uma luta, precisa mostrar que defende sua causa e que combate os adversários dela. Charaudeau afirma que essa categoria de *ethos* é construída através do tempo, mas também podemos perceber que, no caso dos jornais anarquistas, essa virtude pode ser adquirida de herança.

Não estamos falando aqui apenas de herança simbólica, ou seja, que o *ethos* de virtude dos jornais anarquistas como *A Guerra Social* vem do *ethos* de virtude de Pierre-Joseph Proudhon, que se denominava anarquista 80 anos antes. Existe também uma “herança direta” que passa de jornal a jornal.

Por exemplo, temos o jornal *A Plebe*, de São Paulo. Em seu primeiro número, de 09 de junho de 1917, ele publica o editorial “Rumo à Revolução Social” no lugar de maior destaque dentro da mancha gráfica da primeira página. Nele, podemos ler:

A Plebe, como facilmente se verifica, é uma continuação da *A Lanterna*, ou melhor dizendo, é a própria *A Lanterna* que, atendendo às excepcionais exigências do momento gravíssimo, com nova feição, hoje ressurgiu para desenvolver a sua luta emancipadora em uma esfera de ação mais vasta, de mais amplos horizontes, com um integral programa de desassombroso combate a todos os elementos de opressão que sujeitam o povo deste país (...). Por isso, apesar das tremendas dificuldades dominantes, aparece *A Plebe* em substituição à *A Lanterna* que, tendo surgido com um título tradicionalmente anticlerical, para dar combate ao clericalismo, apresentou-se sempre com uma feição

⁷ No presente artigo, acerca das citações de jornais anarquistas brasileiros, atualizaremos a ortografia para o padrão atual da Língua Portuguesa para facilitar a leitura.

mais ampla, atacando o padre e a Igreja na sua razão de ser, como elementos perniciosos, aliados perenes dos dominantes (LEUENROTH, 1917, p.1).

Normalmente, “o *ethos* de ‘virtude’ é uma resposta a expectativas fantasiosas da instância cidadã, na medida em que esta, ao delegar um poder, procura fazer-se representar por um homem ou por uma mulher que seja modelo de retidão e de honradez, ao menos, em uma visão nobre da política” (CHARAUDEAU, 2006, p. 124). Assim, para um jornal, “herdar” – ou, até mesmo, clamar-se herdeiro – a virtude de outro que fora previamente construída em movimentos discursivos passados é meio caminho andado.

Os jornais anarquistas aqui citados possuem um amplo apelo para sua própria virtude. O *Lanterna*, por exemplo, se declarava como o único denunciador dos abusos clericais no país. *A Plebe*, a cada retomada de tiragem, se dizia “de volta à luta” e *A Guerra Social* prometia liderar a organização revolucionária.

Assim, no prosseguimento de uma luta – seja discursiva, seja física para continuar a sua tiragem mesmo com a repressão – esse jornais precisam de credibilidade, via virtude no caso, para se legitimarem enquanto combatentes. Tal *ethos* é necessário não só para si, mas também para desvelar os subterfúgios utilizados pelos inimigos, no caso a extrema direita impressa, que se utilizavam de negociações com agentes governamentais para se manterem na ativa⁸.

Tactical media zapatista e a seriedade

No dia 1º de janeiro de 1994, o México comemorava sua “entrada ao Primeiro Mundo”⁹ com a promulgação do NAFTA (North American Free Trade Agreement ou Acordo de Livre-Comércio da América do Norte, em português). Nesse mesmo dia, guerrilheiros do EZLN tomavam a prefeitura e as delegacias de quatro cidades na pobre província de Chiapas, declarando guerra ao Governo mexicano.

⁸ Tal como afirmam Maria Luiza Tucci Carneiro e Boris Kossoy (2003, p. 19-20), “a diversidade de periódicos inventariados até o presente momento pelos pesquisadores do Projeto Integrado Arquivo/Universidade expressam a política da diferença resultante do conflito de interpretações. O fato de alguns jornais circularem livremente – como foi o caso dos periódicos nazistas, fascistas e integralistas – demonstra que imperavam certas formas de negociação entre a elite governante e as correntes representativas da extrema direita”.

⁹ Palavras do presidente mexicano na época, Salinas de Gortari (DI FELICE, 2004).

No entanto, apesar de serem representantes de um discurso silenciado sistematicamente e serem um contraponto à felicidade dominante, os zapatistas conseguiram ser escutados.

Em horas, “telas de computadores ao redor do mundo mostraram notícias do levante”. A declaração de guerra foi pega pelo jornal semanal mexicana, *La Jornada*, e reproduzida *online* na Cidade do México. Traduzida em várias línguas, ela tomou seu caminho via *Internet* para chegar às mãos de acadêmicos, jornalistas, ativistas e defensores dos direitos humanos do mundo todo. Com essa intervenção sem precedentes no discurso nacional dominante, o exército indígena derrubou o silêncio de séculos (FORD & GIL, 2001, p. 218 – tradução minha).

Esse uso massivo da *Internet* obrigou até mesmo a maior rede de televisão mexicana – a Televisa, que era abertamente apoiadora do Governo (COCKBURN, 1994) – “a noticiar as demandas oficiais dos guerrilheiros. Na verdade, o EZLN conseguiu dar o seu lado dos fatos durante um período crítico nas negociações quando o governo, prematuramente anunciou um acordo de paz” (HALLECK, 1994, p. 30 – tradução minha).

O uso da *Internet* para passar os Comunicados do sub-comandante Marcos ou da Comandancia Clandestina Indígena Revolucionária começou a se intensificar, configurando uma estratégia midiática denominada *tactical media*. Agora, a *tactical media* não é mais exclusiva dos zapatistas, mas também é utilizada por outros grupos revolucionários, tal como os ativistas antiglobalização na organização e na contracobertura dos protestos de Seattle em 1999.

No entanto, fato idêntico em proporções ao de Seattle fora conseguido antes pelos zapatistas. Em 31 de janeiro de 1997, tal como foi noticiado pelo jornal *La Jornada*, “centenas de ativistas se apresentaram diante de mais de trinta consulados mexicanos em igual número de cidades estadunidenses para protestar contra aquele que se classificou como um eminente estado de guerra e requerer uma solução pacífica com respeito ao Chiapas” (*apud* DI FELICE, 2004, p.293).

Com todo esse poder de mobilização, os zapatistas poderiam ter um caminho direto ao poder via propaganda. Só que em, agosto de 1994, na Convenção Nacional Democrata na selva de Lacandón, o sub-comandante Marcos afirmou que os zapatistas não iriam impor o seu ponto de vista. Como sinal simbólico, “Marcos, então, pegou a

bandeira mexicana e deu para os delegados como se quisesse dizer: É a sua bandeira. Use-a para construir um México democrático. Nós, zapatistas, acreditamos que construímos algum espaço onde vocês podem agir para isso” (LYND & GRUBACIC, 2008, p.8 – tradução minha).

No histórico dos movimentos de esquerda, tal como Staughton Lynd e Andrej Grubacic apontam, nunca fora visto antes um grupo, tal como os zapatistas, que não queriam tomar o poder. Isso pode ser visto em um Comunicado veiculado pela Internet em Janeiro de 1996, onde é declarado que o EZLN “será uma força política que não aspira a tomada do poder, (...) que pode organizar as demandas e propostas civis para ele comandar segundo a obediência da vontade popular, (...) que não lutará por poder político, mas por democracia onde os comandantes comandam obedecendo” (EZLN *apud* LYND & GRUBACIC, 2008, p.9 – tradução minha).

Ao se afastar – e, também, afastar a estratégia de *tactical media* – da tradicional agitação revolucionária, os zapatistas constróem para si um *ethos* de sério, mais um dentro dos *ethé* de credibilidade. É a formação de um meio discursivo sobre o próprio caráter que envolve, além de uma *performance* física (tom firme, sem frase de efeitos, elocução serena), igualmente declarações a respeito de si mesmo e de suas ideias. Por exemplo, “Lionel Jospin, ao ser entrevistado em um período de turbulência política, diz dele mesmo que (...) tem ‘a impressão de cumprir com honradez [seu] dever de trabalhar pelo país, de pensar apenas nisso, acima de tudo que inspira [sua] vida de homem” (CHARAUDEAU, 2006, p.121).

Esse tipo de honradez de lutar por uma democracia do “comandar obedecendo” é uma grande construção de seriedade por parte do movimento. Eles, via *tactical media*, mostram a legitimidade – além do caráter diferencial quando vista comparativamente àquelas de outros movimentos revoltosos – de suas demandas em uma época de estigmatização do discurso revolucionário. Ao construírem um *ethos* de sério, os zapatistas buscam fugir do etiquetamento¹⁰ de “socialismo real” ou de “herdeiros dos soviéticos”, fazendo que a esquerda encontre uma fuga da situação de serem “reféns de seu próprio passado”, tal como um “criminoso reincidente”.

¹⁰ Para saber mais sobre a “teoria do etiquetamento”, recomendamos a leitura de Francisco Bissoli Filho (1998).

Delineando um *ethos* de revolta

Caráter, virtude e seriedade formam os *ethé* discursivos de credibilidade. São fundados em um discurso de razão – ao contrário dos *ethé* de identificação que são fundadas em um discurso de afeto (CHARAUDEAU, 2006, p. 118) na busca de sua legitimidade dentro de uma esfera pública ou em sua intersecção com outra esfera.

Com os exemplos retirados de 200 anos de uma esfera pública plebeia, percebemos que o discurso revolucionário sempre buscou se validar – e se diferenciar – buscando credibilidade para com os seus leitores. Diferentemente de jornais de extrema direita ou totalitários de esquerda, eles buscam um *ethos* de credibilidade para demonstrar que sua causa é justa e coletiva, e não meramente saída das ideias de um grande líder que deve ser seguido.

No entanto, os cartistas se declaram competentes, os anarquistas se declaram virtuosos e os zapatistas se declaram sérios não em um sentido geral do qualidade. Eles são competentes, virtuosos e sérios em tocarem uma demanda revolucionária, uma atividade midiática revoltosa que pode sair da mera batalha discursiva para invadir as ruas.

Assim, não são mero *ethé* de credibilidade, mas sim sub-grupo de *ethé* de credibilidade revolucionária, delineando, praticamente, um *ethos* de revolta, que chama para si a credibilidade de demandar uma práxis de luta via imprensa. Não são competentes, virtuosos e sérios em um sentido lato, mas sim competentes, virtuosos e sérios revolucionariamente.

É esse caráter revolucionário dentro de um discurso – ou de uma tipologia discursiva – que podemos chamar de *ethos* de revolta que constrói uma linha histórica que liga a Inglaterra do século XIX com o Brasil do começo do século XX e o México do século XXI. A internacionalização da luta revolucionária não está apenas em um discurso que prega a revolução em todos os cantos, mas também em uma postura comum que vários movimentos – de vários lugares e de várias épocas – adotam em seu discurso contra uma ordem pré-estabelecida.

No entanto, a constatação de Habermas de uma esfera pública plebeia que serve aos mesmos interesses da sua similar burguesa não perde força com essa constatação da

busca de legitimação via caráter discursivo revoltoso. A máscara que esconde as intenções burguesas da esfera pública plebeia está em um registro acima, no próprio registro da socialização.

E, tal como coloca a análise habermasiana, essa “questão fundamental da contínua existência de um modo de socialização constitutivo da sociedade dependente da verdade, não é, como se pode ver, fácil de responder” (HABERMAS, 1999, p. 177). Além disso, a ortodoxia discursiva revolucionária de alguns atores da esfera pública plebeia possui a capacidade de “levar ao estabelecimento, sem argumento, de subculturas protegidas e ineficazes politicamente” (HABERMAS, 1999, p. 178).

Ou seja, mesmo com o apelo a um *ethos* de credibilidade – de alcance mais amplo do que os *ethé* de identificação, voltados ao afeto interno de um determinado grupo – esses jornais revolucionários estariam levando o seu discurso apenas para os seus, construindo guetos políticos e entrando no chavão ineficaz da “conversão dos convertidos”.

Só que isso não significa a morte de tais discursos ou, até mesmo, da capacidade revolucionária de mudança na ordem existente que esses grupos buscam via mídia. A circunstância acima “não desencoraja as tentativas críticas de expor os limites de depressão do capitalismo avançado a testes conspícuos; e certamente não paralisaria a determinação de assumir a luta contra a estabilização de um sistema social, parecido com a natureza, *por cima* da cabeças dos seus cidadãos” (HABERMAS, 1999, p. 179).

Ora, muito da eficácia dos discursos depende muito da interação entre *daquilo que quero ser e daquilo que o público acha que sou*. A própria invocação de um *ethos* de credibilidade é chamar, “uma construção sobre um atributo. É um construto em virtude da maneira pela qual o sujeito encena sua identidade discursiva. É um atributo em virtude da identidade social que o sujeito possui e que depende, ao mesmo tempo, de seu estatuto e da maneira como o público o percebe” (CHARAUDEAU, 2006, p. 136).

Então depende muito mais do que colocar a ação fora de uma esfera argumentativa, favorecendo seu aspecto empírico-prático tal como coloca Habermas (1999, p. 179). Precisa também de uma construção discursiva. Não basta dizer o velho chavão que afirma que as ideias de um determinado ator político são boas, mas falta carisma, por exemplo. “Separar as ideias do *ethos* é sempre um álibi que impede de ver

que, em política, aquelas não valem senão pelo sujeito que as divulga, as exprime e as aplica. É preciso que esse seja, ao mesmo tempo, crível e suporte da identificação à sua pessoa” (CHARAUDEAU, 2006, p. 118).

Quando *The Northern Star* e *A Plebe* deixaram de ser críveis, principalmente ao se misturarem com outras correntes, toda a sua capacidade de ação foi perdida. No entanto, ainda há força para a *tactical media* dos zapatistas e de outros libertários, mas apenas um deslize em seu *ethos* pode representar o fim de uma das mais frutíferas experiências em mídia alternativa dos últimos anos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

A GUERRA SOCIAL. “Surgindo para o Anarquismo”. *A Guerra Social*. Nº 1. Rio de Janeiro: João Arzua, 29/06/1911, p.1.

BARTHES, Roland. “L’ancienne Rhétorique”. *Communications*. nº 16, Paris: Seuil, 1970.

BISSOLI FILHO, Francisco. *Estigmas da Criminalização: Dos antecedentes à reincidência criminal*. Florianópolis: Obra Jurídica, 1998.

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci & KOSSOY, Boris (orgs.). *A Imprensa confiscada pelo Deops (1924-1954)*. São Paulo: Ateliê/Imprensa Oficial/Arquivo do Estado, 2003.

CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso Político* (trad. Dilson F. da Cruz e Fabiana Komesu). São Paulo: Contexto, 2006.

COCKBURN, Alexander. “A fistful of promises”. *New Statesman and Society* v. 7, nº 294, London: New Statesman, 1994, p.4.

DI FELICE, Massimo. “As Armas Comunicantes: O Papel da Comunicação nos Novos Movimentos Revolucionários – o caso Zapatista”. In: PERRUZO, Cicília Maria Krohling (org.) *Vozes Cidadãs*. São Paulo: Angellara, 2004, p.281-303.

ENGELS, Friedrich. “As Crises Comerciais na Inglaterra – O Movimento Cartista – Irlanda”. *Marxists Internet Archive – Seção em Português*. Fremont: MIA, 26/11/2008. Disponível em: <http://www.marxists.org/portugues/marx/1847/10/26.htm>. Acesso em 04/01/2009.

FORD, Tamara Villareal & GIL, Genève. “Radical Internet Use”. In: DOWNING, John D.H. (org.) *Radical Media*. Thousand Oaks: Sage, 2001, p. 201-234.

FRASER, Nancy & HONNETH, Axel. *Redistribution or Recognition?*. London: Verso, 2003.

GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas* (trad. F. Wrobel) Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

17

HABERMAS, Jürgen *et alli*. *Student und Politik: Eine soziologische Untersuchung zum politischen Bewusstsein Frankfurter Studenten*. Berlin: Luchterhand. 1961.

HABERMAS, Jürgen. *Mudança Estrutural da Esfera Pública* (trad. Flávio R. Kothe). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

HABERMAS, Jürgen. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio* (trad. Vamireh Chacon). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1999.

HALLECK, Deedee. “Zapatistas on-line”. *NACLA Report on the Americas*. v.28, nº 2, New York: NACLA, setembro-outubro/1994, p.30-33

JONES, Aled. “Chartist Journalism and Print Culture in Britain, 1830-1855”. In: ALLEN, Joan & ASHTON, Owen R (eds.). *Papers for the People*. London: Merlin Press, 2005, p.3-24.

LEUENROTH, Edgard. “Rumo à Revolução Social”. *A Plebe*. Nº 1, São Paulo: Edgar Leuenroth, 09/06/1917, p.1.

LYND, Staughton & GRUBACIC, Andrej. *Wobblies & Zapatistas*. Oakland: PM Press, 2008.

MUSSELL, Jim. *The Northern Star (1837-1852)* London: King’s College, 2008. Disponível em: <http://www.ncse.ac.uk/headnotes/nss.html>. Acesso em 03/01/2009.

NCSE, Nineteenth-Century Series Edition. *NCSE: About us*. London: King’s College, 2008. Disponível em: <http://www.ncse.ac.uk/about/index.html>. Acesso em 26/12/2008.

OFFE, Claus. *Capitalismo desorganizado* (trad. Wanda Brandt). São Paulo: Brasiliense, 1989.

THE NORTHERN STAR. “Factory Question”. *The Northern Star and Leeds General Advertiser*. Volume 1, número 3, Leeds: Josiah Hobson, 02/12/1837, p.1.

WIGGERSHAUS, Rolf. *A Escola de Frankfurt: História, desenvolvimento teórico, significação política* (trad. Lilyane Deroche-Gurgel, Vera Harvey e Jorge C. Soares). São Paulo: Difel, 2006.